

Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital

*Liamara Teresinha Fornari**

Resumo

A evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama “exclusão”, ou seja, é também um problema social. As leis garantem o direito à educação. Ocorre que há um grande distanciamento entre estas e a prática social. O tema abordado no presente artigo é concernente à evasão e reprovação escolar objetivando apontar elementos para reflexão desses problemas sociais, levando em consideração a sociedade do capital, ou seja, perceber que nesta o fracasso escolar não tem determinante somente em aspectos específicos, não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas é preciso compreender que a condição econômica social tem grande peso nesse processo. É importante levar em conta que sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional. Os estudos analisam o fracasso escolar a partir

de duas abordagens: a partir dos fatores externos à escola e a partir de fatores internos. Alguns referenciais teóricos contribuem no sentido de mostrar a evasão e reprovação escolar como consequência social e não como condição individual, sem, contudo, desenvolverem uma crítica clara e contundente ao sistema do capital. Também são apresentados elementos da teoria marxista com o intuito de chamar a atenção para fatores macro-sociais como determinantes da evasão escolar.

Palavras-chave: Educação. Evasão. Reprovação escolar. Sistema capitalista.

* Bacharela em Ciências Sociais e mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante da equipe de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Concórdia - SC. Também responsável por acompanhar os alunos em risco de evasão ou evadidos desta rede municipal de ensino. E-mail: liamaraforanari@yahoo.com.br

Recebido: 25.03.2010 – Aprovado: 14.05.2010

Apresentação

Historicamente, a evasão e a reprovação escolar têm feito parte de debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira. Ainda é um tema que ocupa espaço relevante no que se refere às políticas públicas. Na legislação brasileira tem-se referência à responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso socioeducacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 diz, em seu art. 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, LDB nº 9.394/1996).

A educação, segundo estabelece a Constituição Federal de 1988, nos art. 205 e 227, é um direito público subjetivo que deve ser assegurado a todos, por meio de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade. Quando trata especificamente do direito à educação, destinado às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 4º, o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do poder público.

Com efeito, a educação não é entendida como um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou município, mas que deve ser compartilhado por todos, ou seja, pela família, comunidade e sociedade em geral. Ocorre que, no Brasil,

é presente o fato de haver um grande distanciamento entre a retórica das leis e a prática efetiva daquilo que está posto como garantia, por isso um direito como a educação, mesmo pensado de forma tão bem articulada, não consegue ser pleno para todos.

Se se tem a garantia dos direitos, inclusive o da educação, tão bem garantidos em diversas leis, porque são tão presentes os problemas de evasão e reprovação escolar? Quais seriam as causas da evasão e reprovação escolar? Essas causas são particulares, ou seja, dependem do aluno exclusivamente? Da sua vontade ou falta dessa? A forma como a sociedade está organizada, isto é, a estrutura do capital, a contradição entre capital e trabalho é determinante dos problemas sociais, tais como a evasão e a reprovação escolar?

Levando em consideração esses questionamentos, o tema abordado no presente artigo é referente à evasão e reprovação escolar na sociedade do capital, objetivando apontar elementos para reflexão desses problemas sociais levando em consideração esta sociedade, ou seja, perceber que nesta o fracasso escolar não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas em grande medida da condição econômica social em que está inserido.

Num primeiro momento pretende-se elencar os motivos mais comuns vistos como determinantes da evasão e reprovação escolar. De maneira geral, o fracasso escolar é percebido a partir de duas abordagens: dos fatores externos à escola ou de fatores internos a ela. No

segundo momento, indicam-se alguns referenciais teóricos que contribuem no sentido de mostrar a evasão e reprovação escolar como consequência social e não como condição individual, sem, contudo, desenvolverem uma crítica clara e contundente ao sistema do capital. Na terceira parte apresentam-se elementos da teoria marxista com o intuito de chamar a atenção para fatores macrosociais como determinantes da evasão escolar.

Assim, o presente artigo se justifica pela possibilidade de contribuir para o processo de reflexão e discussão acerca do tema, contrapondo-se à concepção dominante de que o baixo desempenho escolar é fruto da má vontade de cada um. Defende-se que a exclusão ou inclusão dos indivíduos não depende de si próprio, mas é consequência do sistema socioeconômico vigente. Por isso faz-se necessário buscar elementos advindos da própria estrutura da sociedade e, no caso presente, da sociedade regida pelo capital para entender essa dinâmica. Não há, contudo, a pretensão de esgotar ou aprofundar plenamente as questões teóricas mais amplas aqui apresentadas em razão das limitações próprias de um artigo, apenas demonstrar sua importância para compreensão de um fenômeno social como a evasão e a reprovação escolar.

Para responder aos questionamentos apresentados, a hipótese que se levanta é de que a evasão e a reprovação escolar são consequências, prioritariamente, da forma como a sociedade está organizada. Ocorre que nessa sociedade do capital, mesmo com “famílias bem

estruturadas”, mesmo com as melhores políticas públicas para a educação, ainda assim corre-se o risco de termos índices significativos de baixo rendimento escolar. No capitalismo não é possível a igualdade de direitos para seres que vivem em tão diferentes situações, ou seja, numa sociedade de desiguais os direitos também deveriam ser desiguais.

Evasão e reprovação escolar entendidas como problema individual

De maneira geral, o fracasso escolar é visto, principalmente, como fruto de fatores considerados externos à escola. Os aspectos sociais considerados como determinantes da evasão e reprovação escolar são desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança.

É comum a compreensão de que a evasão e reprovação escolar são elementos condicionados pela família do aluno, onde quanto mais baixo o nível de escolaridade da mãe, por exemplo, mais tempo a criança permanece na escola. Nesse sentido, a família é apontada como um dos determinantes da evasão e do baixo rendimento escolar, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares.

Em face da desigualdade socioeconômica, outros problemas aparecem como determinantes do fracasso escolar, tais como a má alimentação, desnutrição, que mesmo moderada é uma das

principais causas da alteração no desenvolvimento mental e mau desempenho escolar.

Também a necessidade de trabalhar é entendida como um dos principais determinantes para a evasão escolar dos cursos noturnos. A necessidade de trabalho também faz sobrecarregar o aluno, levando-o a um baixo desempenho na aprendizagem

Pode-se, então, perceber uma culpabilização da criança pelo seu fracasso escolar, seja pela pobreza, seja pela desnutrição, seja pela falta de esforço, seja pelo desinteresse. Essa culpabilidade da criança é observável naquelas teorias que explicam a ideologia do dom e a ideologia da deficiência cultural. Essas ideologias tiram da escola a responsabilidade pelo fracasso escolar do aluno, de um lado por apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, de outro, em virtude de sua condição de vida, ou seja, por pertencer a uma classe socialmente desfavorecida e, portanto, por ser portador de desvantagens culturais ou de déficits socioculturais. Ou seja, essa responsabilização da criança pelo fracasso na escola tem seu ponto de apoio o pensamento educacional da doutrina liberal, cuja argumentação busca legitimar a sociedade de classe. Esta procura fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social que o envolve.

Evasão e reprovação escolar: consequência social, condição individual

É possível encontrar autores que explicam esse fenômeno levando em conta fatores considerados sociais, contudo não avançam para uma crítica mais profunda da forma como a sociedade está organizada, ou seja, o sistema do capital.

Dubet (1997), em entrevista à Revista Brasileira de Educação, faz algumas ponderações importantes a respeito da dinâmica escolar que podem ajudar a compreender a evasão e reprovação escolar. São apresentadas reflexões no sentido de desconstruir as ideias preponderantes de que os problemas escolares são fruto apenas de como os alunos se comportam ou de qual a concepção de escola eles trazem de casa.

Para este autor, o sistema rígido de controle escolar é um fracasso pedagógico e moral, embora possa parecer ter eficiência rápida para controle de uma relação pouco regulada, acaba por afastar ainda mais o aluno da escola. O que de fato se faz necessário é um trabalho no sentido de transformação das crianças e adolescentes em alunos quando estes não têm vontade de se tornar alunos. Os professores, segundo o autor, devem se conscientizar de que trabalham com alunos diferentes em termos de desempenho escolar. Por isso, os programas de ensino não devem ser feitos para um aluno que não existe. Em geral, estes programas são feitos para um aluno extremamente inteligente, pressupondo, inclusive, que seus pais

assim sejam também para ajudá-los nas tarefas escolares.

Com efeito, não é possível acreditar, diz o autor, em uma pedagogia milagrosa. Portanto, não há receitas, ainda mais quando se considera o fato de que para um professor mudar o seu método é preciso que mude também seu modo de ser e ver o mundo. Aliado a isso, é fundamental que a situação escolar tenha sentido para os alunos, ou seja,

a escola não pode mais esperar que o sentido da situação escolar venha de fora, das famílias cujo julgamento os professores fazem, alias, muitas vezes. É preciso, portanto, rever a oferta escolar. Seria preciso rever os programas e as ambições de um modo que os alunos não sejam colocados de entrada em situações de fracasso. É preferível ensinar menos coisas, mas que de fato elas sejam aprendidas (DUBET, 1997, p. 12).

Evidente fica para essa forma de interpretação que, quando não há reflexão sobre esses elementos da dinâmica escolar, a evasão e a reprovação aparecem como um elemento dado. Bourdieu (1998), por sua vez, vê a escola como um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de que vivemos numa sociedade onde todos têm igualdade de oportunidades. A escola atual acaba fazendo com que as pessoas vejam a herança cultural e o dom social como dom natural.

Consequentemente, as oportunidades de acesso ao ensino superior, por exemplo, se dão de forma distinta, pois essa passagem é caracterizada por uma seleção direta ou indireta que, no decorrer da vida escolar, tem peso desigual

sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. É claro que um filho de trabalhador, diz Bourdieu, tem bem mais dificuldades de entrar numa universidade que o filho de um empresário.

Mas não é suficiente perceber esse fato, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas. A explicação sociológica pode contribuir muito nesse sentido, nos tornando possível perceber que na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, certo capital cultural e certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (BOURDIEU, 1998, p. 50).

Percebe-se, assim, que o capital cultural influencia na relação entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança. Pesquisas feitas na França demonstraram que existem diferenças no desempenho dos alunos dependendo da formação dos pais. Mas esse êxito não depende apenas da formação específica do pai ou da mãe, mas, sim, do nível cultural global da família como um todo. Contudo, essa condição familiar não é fruto da vontade própria dessa família, mas, sim, do contexto onde está inserida. As condições de vida se repetem como um ciclo, do qual poucos conseguem fugir.

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não

é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Essas crianças herdam também saberes, gostos e um “bom gosto”, cuja rentabilidade escolar é tanto maior quando mais freqüentemente esses imponderáveis são atribuídos ao dom apenas (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Em todos os domínios da cultura, teatro, música, cinema, os conhecimentos dos estudantes são tão mais ricos e extensos quanto mais elevada é sua origem social. De todos os obstáculos culturais, aqueles que se relacionam com a língua falada no meio familiar são, sem dúvida, os mais graves, especialmente nos primeiros anos de escolaridade, quando a compreensão e o manejo da língua constituem o ponto de atenção principal na avaliação dos mestres. Por isso, é preciso estar ciente de que algumas facilidades na aquisição do conhecimento são fruto de uma construção social, e, portanto, pode-se falar em dons sociais, mas não em dons naturais.

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à posição social. Existe, portanto, uma influência muito forte das famílias em relação à escolha dos filhos. Essa influência não aparece apenas no momento mesmo da escolha de um curso superior. Aparece no decorrer de todo o processo, ou seja, na postura assumida pelos pais diante do que consideram importantes ou não para os filhos no que se refere à educação.

As vantagens e desvantagens no processo educativo são cumulativas, isto é, as escolhas iniciais e no decorrer de todo esse processo é que vão definir a escolha de um determinado curso e o sucesso profissional que pode ser obtido ou não dentro dele.

Com efeito, esses são elementos importantes para compreender que a evasão e a reprovação escolar são fruto de um processo cumulativo, não se espera que filho de agricultor seja filósofo, assim como filhos de pais com insucesso escolar estão praticamente fadados a isso também.

Ocorre que, mesmo importante para entender diversos pormenores dessa problemática, é fundamental associar a essa observação uma crítica contundente ao sistema do capital, isto é, não é possível superar a condição de reprodução assumida pela escola sem que se rompa com o sistema socioeconômico que a faz ser dessa maneira.

Evasão e reprovação escolar como consequências do sistema sócio econômico vigente

Não se faz sem crises e contradições a sociedade capitalista: relações de poder e dominação, de exploração e opressão. Embora pareça distante da questão da evasão e reprovação escolar, é fundamental reconhecer tal aspecto para a compreensão dessa questão de maneira aprofundada. É preciso entender o que significam esses dois fenômenos na esfera escolar e sua relação com

o trabalho, entendidos como consequência de uma dinâmica social gerenciada pela lógica do capital.

Nesse sentido, é fundamental compreender a temática do trabalho em seu sentido geral como necessidade humana, pois é por meio deste que o homem foi se diferenciando das demais espécies. É preciso entender qual a especificidade do trabalho no modo capitalista de produção, qual seja, a diferença específica no processo de compra e venda da força de trabalho. Com a implantação do capitalismo, o processo de trabalho passou a exercer dominação sobre o trabalhador, proprietário da força de trabalho. E, com isso, toda uma série de problemas sociais apareceram na sociedade, tais como a evasão e reprovação escolar.

O trabalho no capitalismo não tem somente a particularidade de produzir valores de uso ou mercadorias em geral, o trabalho produz mais-valia, assim torna-se trabalho produtivo de capital. Compreender esse processo é fundamental para o entendimento desse modo social de produção e suas consequências.

Coan (2006, p. 17) sintetiza dizendo que “o modo capitalista de produção é constituído pelo capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Máquina parada não produz capital. Portanto, entender o significado do trabalhador e sua força de trabalho nessa ordem social parece ser de fundamental importância para todos aqueles que querem explicar tal ordem social”.

Para uma compreensão mais profunda e que tenha um sentido emanci-

patório, é preciso uma leitura radical do contexto vivido e como essa realidade se constitui como síntese de múltiplas contradições. Para apreensão disso tudo é preciso adotar um método dialético e, conseqüentemente, um profundo exercício de abstração e de análise.

O papel da educação, nesse sentido, é apontado como um instrumento que possibilita a oferta de elementos para a superação do senso comum e a construção da consciência filosófica. Pois somente com conhecimento profundo da realidade é possível pensar sua transformação num sentido emancipatório. O pressuposto é que haja uma apreensão do conhecimento já sistematizado e historicamente acumulado.

A educação tem a resposta para seus próprios problemas; resposta, não solução, pois a solução dos problemas como evasão e reprovação escolar não necessariamente está na escola, mas na transformação social.

Partir do referencial teórico marxista para compreender o trabalho e, conseqüentemente, o significado da evasão e reprovação escolar nesse contexto, justifica-se pelo fato de percebê-lo como o referencial mais radical, isto é, que poro meio do materialismo (dialético e histórico) busca uma compreensão científica das grandes mudanças sociais indo à raiz dessas, chegando às causas econômicas que as determinam.

Coan (2006, p. 23) diz que

a partir dessa compreensão, quando alguém se dispõe a analisar um determinado período histórico, deve-se procurar sempre dispor das mais completas e seguras informações acerca da

situação econômica e de suas transformações no período a ser analisado. O mesmo vale para outro objeto de estudo que se pretenda realizar. Deve-se, portanto, apossar-se de todo material possível, para, depois de analisá-lo, tirar suas conclusões, que são sempre precárias, inacabadas, em processo.

Com efeito, quando Marx analisa o ser social, partindo do pressuposto de que não existe uma natureza humana idêntica em todo lugar, quer dizer que o existir decorre do agir humano que se autoproduz, à medida que transforma a natureza pelo trabalho.

Considerando a afirmação de Saviani, de que o trabalho é a base da existência humana, Tumolo (2005) aponta para a necessidade de indagar como é produzida essa existência humana, por intermédio do trabalho, na especificidade do modo capitalista de produção. E questiona: qual é, nesta forma social determinada, o significado do trabalho? Em que medida seria possível considerar o trabalho como princípio balizador de uma proposta emancipadora de educação no interior do capitalismo?

Segundo Tumolo (2005), para Marx, a transformação do dinheiro em capital não resulta da circulação simples de mercadorias, mas exclusivamente do intercâmbio de uma mercadoria única e específica: a força de trabalho, uma vez que a característica do seu valor de uso é ser fonte de valor.

Nesse sentido, segundo ele, Marx fala sobre o valor da força de trabalho como correspondente a um quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de reprodu-

ção normais da vida do trabalhador e de sua família.

Citando Marx, Tumolo (2005) prossegue:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador,

e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (Marx apud TUMOLO, 205, p. 4).

A produção do capital só se realiza na medida em que o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só ocorre sob a condição de a força de trabalho consumir o valor de uso dos meios de produção, ou seja, quando se estabelece a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o capital variável e o capital constante.

Tumolo (2005) segue dizendo:

Marx desvenda o segredo da produção do capital, ou do processo de valorização, ao lançar mão da categoria de mais-valia e explicar sua origem. O possuidor do dinheiro, o capitalista, vai ao mercado e compra, de um lado, os meios de produção pelo seu valor e, de outro, a força de trabalho, pagando também seu exato valor. O consumo do valor de uso da força de trabalho, que se efetiva quando esta consome os meios de produção, resulta na criação de uma mercadoria, propriedade do capitalista, que vai vendê-la pelo seu valor. A produção da mais-valia pressupõe o cumprimento do fundamento primordial do mercado, a troca das mercadorias pelo seu valor, quer dizer, a troca igualada entre proprietários de mercadorias, tendo em vista que, nesta relação de igualdade, a força de trabalho, e somente ela, tem a propriedade

de produzir valor e, ademais, valor excedente com relação a seu próprio valor, qual seja, mais-valia. Por meio da troca da mercadoria força de trabalho e da produção da mais-valia, o mistério finalmente foi revelado. Dinheiro transformou-se em capital (TUMOLO, 2005, p. 6).

E vale a complementação feita pelo autor:

Portanto, se o trabalho, numa forma social genérica, é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 1983, p. 149), ou seja, é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana, no capitalismo a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, dá-se pela sua destruição, sua emancipação efetiva-se pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida realiza-se pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela produção de sua reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiviza ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social do capital (TUMOLO, 2005).

A relação entre o capitalista e o trabalhador é estabelecida pela venda e compra da força de trabalho, mediada pelo valor desta mercadoria. Tumolo continua dizendo, se referindo ao fato

de uma vez que o proprietário da força de trabalho é mortal, este precisa ser continuamente substituído, e por isso a produção e a reprodução da força de trabalho pressupõem a produção e reprodução da vida de sua família.

Nesse sentido é que o capital consegue o controle sobre todo o processo do trabalho, o que foi se constituindo historicamente por meio de um gradual e efetivo processo de alienação do trabalhador, que não detém nenhum meio de produção e só lhe resta vender sua força de trabalho.

Em outro artigo publicado o autor afirma:

O controle da vida do trabalhador, que no modelo keynesiano-fordista era um desdobramento do controle do processo de trabalho, chega a seu patamar de consolidação e torna-se determinante em relação ao controle do processo de trabalho no atual padrão de acumulação de capital. Por causa, sobretudo, da concorrência intercapitalista, um dos componentes decisivos do movimento do capital, o fantástico desenvolvimento das forças produtivas das últimas décadas, em velocidade e grau jamais assistidos, possibilitou a produção de quantidades imensuráveis de mercadorias com um reduzido quantum de valor (trabalho abstrato), o que proporcionou uma substancial diminuição do valor das mercadorias em geral, inclusive o da força de trabalho [...]. Um incremento brutal, sem precedentes na história, de força de trabalho supérflua, formada tanto pelo contingente de trabalhadores que foi desempregado como por aquele que jamais será empregado, fenômeno que muitos autores chamam de “desemprego estrutural” (TUMOLO, 2003, p. 6).

E complementa:

Para que os meios de produção da vida humana deixem de ser elementos de degradação, aviltamento e destruição do gênero humano, e se tornem instrumentos de sua emancipação, faz-se mister, portanto, divorciá-los de sua utilização capitalista, o que implica necessariamente uma revolução da ordem societal capitalista e a construção de uma sociedade para além do capital (TUMOLO, 2003, p. 8).

Com efeito, Mészáros no livro *Educação para além do capital* (2009) faz uma intensa reflexão no sentido de perceber que os problemas relacionados à educação não podem ser apenas formais, precisam ser essenciais. Para ele a educação institucionalizada sempre serviu ao interesse de “não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (2009, p. 35).

O autor continua afirmando que os determinantes do capital interferem não apenas nas instituições formais, mas em “cada âmbito particular” que se relaciona com a educação. Esse processo tem como objetivo “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (p. 44). Nesse sentido, é importante salientar que a educação não é a única esfera responsável pela reprodução ideológica do sistema, tampouco a única fonte possível de uma emancipação radical.

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados [...]. As soluções educacionais formais, mesmo algumas das maiores, e mesmo quando são sacramentadas pela lei, podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade (MÉSZÁROS, 2009, p. 45).

Portanto, buscar a solução dos problemas educacionais no sentido de reparos institucionais formais significa permanecer na lógica do sistema. Para o autor, essa abordagem é considerada “elitista mesmo quando se pretende democrática” (Mészáros, 2009, p. 48) na medida em que define a atividade intelectual como única forma certa e adequada de preservar os chamados padrões civilizados através da educação.

Diante do exposto, pode-se considerar que a evasão e reprovação escolar são consequências de toda essa relação estabelecida entre capital e trabalho, não uma consequência da outra. E superar esses problemas requer pensar na superação dessa forma de organização da sociedade, pautada na exploração do homem pelo homem, ou seja, é fundamental colocar em primeiro plano dois conceitos principais: “A universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora” (Mészáros, 2009, p. 65). Superar as dificuldades e problemas da educação pressupõe superar a relação contraditória entre capital e trabalho, a

forma de organização social pautada no capitalismo.

Considerações finais

No decorrer deste artigo apresentaram-se três possibilidades de responder ao por que de, mesmo com leis tão bem constituídas e articuladas, a evasão e reprovação escolar – que podem ser entendidas como a negação do direito a educação – são, em maior ou menor medida, uma constante no cenário educacional brasileiro.

A indicação mais corrente, advinda de diversos autores de concepção liberal conservadora e de uma compreensão considerada de senso comum, é de que esses fenômenos sociais são fruto de características particulares de cada indivíduo, ou seja, o baixo rendimento escolar é consequência da falta de vontade particular e da família. Não leva em consideração outros fatores, tais como os econômicos, políticos e culturais que envolvem as pessoas em determinados contextos.

Encontra-se em outros autores importantes indicativos de que a evasão e reprovação escolar não dependem única e exclusivamente da vontade individual, mas são fenômenos decorrentes de dois fatores: 1. Da maneira como a escola se organiza e, dentro disso, da postura adotada pelos professores em relação não apenas ao aluno, mas, inclusive, à história desse aluno; 2. De qual herança cultural, social e econômica o aluno dispõe como base para seu desenvolvimento intelectual.

Essas maneiras de interpretar as nuances da educação trazem importantes elementos para superar a concepção individualizadora de compreender o fenômeno. Contudo, não indicam de maneira clara que o capital cultural, social e econômico de cada um depende da forma como a sociedade se organiza para produção e reprodução da vida.

Com efeito, encontram-se em autores e textos referenciados pela teoria marxista indicações que remetem a uma compreensão mais aprofundada de qual a base originária da problemática da evasão e reprovação escolar, assim como de todos os problemas sociais que envolvem a escola.

Percebe-se, assim, que a relação entre capital e trabalho no capitalismo, pautada pela “liberdade” de compra e venda, condiciona os trabalhadores a venderem sua força de trabalho, consequentemente, condiciona a vida, mesmo fora deste, no sentido de reproduzir a lógica existente, mesmo esta sendo a negação de sua humanização.

Isso tudo faz com que seja necessário pensar a sociedade, tendo como parâmetro o ser humano, no sentido da superação lógica desumanizadora do capital, que é fundamentada no individualismo, no lucro e na competição. Assim, pensar a reprovação e a evasão escolar requer perceber que apenas o acesso à escola, embora condição necessária, não é suficiente para que milhões de pessoas esquecidas socialmente sejam lembradas apenas em quadros estatísticos. Sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional.

Reflections regarding school failure and evasion and the determiners of the capital

Abstract

The dropout and repetition school rate appears in the educational setting as a significant problem, because its consequences lead individuals to what is called exclusion, that is, it is also a social problem. The laws that relate to this issue guarantee the right to education, there is a large gap between these and social practice. The theme of the present article is concerned with school dropout and repetition aiming point for thought these social problems taking into account the company's capital, that is, realize that this school failure does not depend on ability or willingness of the individual or family of the student but the social economic condition in which it is inserted. Thus, without breaking with the social relations that are under the control of the capital system there can be major changes in the educational system. The studies analyze school failure from two approaches: from factors outside the school or internal factors. Some theoretical contribution to show the school dropout and failure as a result of social rather than individual condition, but without developing a clear and forceful critique of the capital system. It also presents elements of Marxist theory in order to draw attention to macro social factors as determinants of dropout.

Key works: Education. Dropout. School failure. Capitalism.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. (Orgs.) NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República*.

BRASIL. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

COAN, Marival. *A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, p. 222-231, maio/ago. 1997

GOVERNO BRASILEIRO. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Atlas Editora, 1988.

MÉSZÁROS, István. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jan. 2010. doi: 10.1590/S0101-73302003000100007.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 90, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 11 jan. 2010. doi: 10.1590/S0101-73302005000100011.